



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

ANÁLISE DOS CONVÊNIOS DE ESPORTE FIRMADOS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos Santos (FAESO); Elisabete dos Santos Freire (USJT)

Faculdade Estácio de Ourinhos, Ourinhos, São Paulo, Brasil
marcoaurelio67@hotmail.com

Palavras-chave: Esporte; Financiamento; Políticas públicas.

Introdução

As organizações esportivas públicas que desenvolvem políticas de esporte e lazer são as entidades, unidades administrativas, as sociedades, os órgãos ou sociedades criadas pelas administrações públicas e que se diferenciam conforme a função que se desenvolvem no território (ROCHE, 2002). Diante disso, o Estado deve ser o primeiro agente a fomentar o desenvolvimento e implementação de políticas públicas de esporte, delegando competências aos responsáveis pela gestão do esporte nos municípios juntamente com as entidades públicas e a sociedade (CORREIA, 2008). Atualmente no Estado de São Paulo, a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, é a responsável pela pasta da organização do esporte, do lazer, isto é, o órgão máximo a nível estadual encarregada de fomentar e direcionar as ações relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer. Seu orçamento foi de R\$ 255.247.118,00 para 2015 e 207.884.753,00 para 2016, o que representa 0,012 % e 0,010% do orçamento (SÃO PAULO, 2015). No entanto, algumas dessas ações precisam ser mediante o estabelecimento de convênios entre a Secretaria e os municípios conforme institui o Decreto 52.479 de 14/12/2007 objetivando o acompanhamento e gestão de convênios a serem utilizados (SÃO PAULO, 2007).

Objetivos

O objetivo do nosso trabalho foi verificar no período compreendido de 01/01/2010 a 10/12/2015 os convênios celebrados da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e quais firmados com os municípios da microrregião de Ourinhos, num total de 13. Os municípios investigados pertencem a um consórcio intermunicipal.

Metodologia

Como método utilizamos a abordagem qualitativa, através da análise documental com acesso aos documentos via sítios dos órgãos governamentais responsáveis



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

estaduais e municipais envolvidos diretamente no processo de planejamento dos convênios.

Resultados

Foram celebrados no Estado 919 convênios e aos municípios investigados 12 foram firmados totalizando R\$ 1.431.000,00 (Um milhão, quatrocentos e trinta e um mil reais) o que representam 0,013% e 0,019 % de todos os celebrados. Dos convênios estabelecidos apenas 07 dos 13 municípios pesquisados foram contemplados e destes 09 foram para construção, reforma e ampliação de instalações de esporte e lazer e 03 destinados aos programas, projetos e eventos considerando o período analisado. Corroboramos com Zingoni (2003) que as políticas de esporte e lazer, mediante suas gestões, são utilizadas como plataforma política e ocorrem, muitas vezes, descontinuidades de projetos propostos para serem efetivados e que são evidenciadas com doação de material esportivo ou cessão de equipamentos esportivos. Menezes (2009) afirma que as políticas públicas de esporte se concretizam em equipamentos ou espaços determinados cultural ou politicamente. Linhares (2001) revela que o esporte aparece dissolvido em setores sociais nas gestões das administrações públicas operacionalizadas para os mais diversos fins, como, por exemplo, políticas educacionais e saúde. Carvalho (2002) ressalta a importância das decisões do Estado junto à sociedade civil para regulamentar direitos sociais e formular políticas públicas de acordo com a demanda e as necessidades dos envolvidos. Em nossa pesquisa, não tivemos acesso às informações de quais são os critérios, as regulamentações e como os municípios podem pleitear e conseguir tais convênios. Sabemos, sim, que os municípios esbarram por muitos aspectos burocráticos impostos pelos próprios sistemas político e econômico. Menezes (2009) identificou em seu estudo que outro aspecto muito importante que permeia a gestão de políticas públicas de esporte e lazer, a saber: a determinação de prioridades para a elaboração de uma política pública para o esporte municipal é em função da visibilidade que poderá ser gerada ao principal gestor, o prefeito.

Conclusões

Podemos assim perceber que embora tenham sido contemplados, está aquém de uma realidade que entendemos serem contraditórias as necessidades desses municípios. Porém, muitas vezes não existe claramente uma interlocução da federação com os municípios sobre a definição das responsabilidades dos municípios em relação ao esporte e lazer. Limitações de procedimentos e processos técnicos que se esbarram em aspectos políticos, burocráticos e formativos de planejamento, de gestão, formação e fundamentalmente, um cenário constituído por municípios de região economicamente com limitações de recursos financeiros, o esporte não se torna prioridade de investimentos e de políticas públicas. Portanto, cabe ao Estado e aos municípios uma melhor e maior aproximação para conhecer melhor a realidade diante das necessidades inerentes à sociedade em relação ao esporte, avaliando as políticas ora existentes e a serem implantadas e desta forma melhor definir linhas norteadoras de promoção e



II SPPEL

Seminário de Políticas Públicas
de Esporte e Lazer

23 e 24 de Novembro | Maringá - PR

Gestão Pública Municipal de Esporte e Lazer

fomento ao desenvolvimento do esporte de forma integrada e eficaz. Nesse contexto, o esporte não se torna prioridade de investimentos e de políticas públicas.